

6165063 08001.000270/2015-15

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### ATA

#### COMISSÃO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Esplanada dos Ministérios, Ed. Sede, 4º andar, sala 408

CEP: 70064-900 – Brasília – DF

Telefone: +55(61) 2025 3135

#### 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

<b>Data/Hora</b>	<b>02 de fevereiro de 2018 às 9h38min</b>
<b>Local:</b>	<b>Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 3º andar, sala 300-B</b>
<b>Pauta</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Abertura pelo Presidente e leitura de pauta;</li><li>2. Substituição à titularidade de Maria Angélica da Costa Neto</li><li>3. <b>Processo 08001.001705/2017 – SIGILOS</b></li><li>4. <b>Processo 08001.000510/2017 – SIGILOS</b></li><li>5. <b>Comissão de Ética – PRF – Of. 3/2017/CE/GM –</b> comunicando apoio à criação - Informações adicionais: Processo árvore: 08001.002544/2017-64 e relacionados: 08001.003886/2017-00, 08650.03052215, 08001.00028/2016-14</li><li>6. <b>08001.007943/2017-11 – SIGILOS</b> - Apuração de desvio ético</li><li>7. <b>08001. 007940/2017-88 – SIGILOS</b> - Apuração de desvio ético – Sigiloso</li><li>8. <b>08001.007910/2017-71 – SIGILOS</b> - Apuração de desvio ético</li><li>9. <b>08007.003650/2017-13 - Conflito de Interesses</b></li><li>10. <b>08007.005194/2017-38 - Conflito de Interesses</b></li></ol>

- 11.08007.002034/2016-56 - **Conflito de Interesses**
- 12.08007.009265/2015-18 - **Conflito de Interesses**
- 13.08007.006742/2017-47 - **Conflito de Interesses**
- 14.08001.006437/2017-13 – Denúncia sobre suposta conduta antiprofissional praticada por servidor
- 15.08016.003911/2017-88 – Referente legalidade de Sociedade limitada em empresa privada como cotista.
16. **E-mail recebido do Sr. [REDACTED] ref. recebimento de auxílio funeral**
17. **Processo 08001.007948/2017-44**
18. PROCESSO 08020.002639/2016-79 – Sigiloso
19. **Atos da Secretária: Despacho nº 4/2018 – CE/GM – (5781804) ref. publicação no BS ref. restrição de fumo nas dependências do MJ – 08001.005295/2016-88**
20. **Processo 08001.000416/2018-67 – Denúncia/Ouvidoria - SIGILOSO**
21. Definição de calendário para a próxima reunião
22. Outros informes;
23. Definição de calendário para a próxima reunião.

Aos dois dias do mês de fevereiro de 2018, às 9h36min, na sala 300-B do Edifício sede deste Ministério, reuniram-se para a 47ª Reunião Ordinária da Comissão de Ética do Ministério da Justiça e Segurança Pública (CEMJ), instituída pela Portaria nº 1660/2012, sob a presidência do Sr. Márcio de Freitas Mozini, os membros titulares e suplentes, Carla Leite Margariso da Costa Neto, Fábio Alexandre e Silva, Renato Antunes Borba, e Creuza Alves de Lima Silva, Secretária-Executiva desta CEMJ. Ausentou-se a Sra. Márcia Maria da Silva, membro suplente, por razões justificadas. **Item 1. Abertura:** Procedendo à abertura da reunião, passou-se à leitura da pauta e ao desenvolvimento de cada item proposto. **Item 2. Substituição à titularidade de Maria Angélica da Costa Neto:** foi apresentado o CV da servidora [REDACTED], Analista Técnico Administrativo, lotada na [REDACTED] deste Órgão e, após deliberação de todos o Presidente fará uma entrevista com a futura colaboradora desta CEMJ. **Itens 3, 4 e 5 serão tratados na próxima reunião. Item 6. 08001.007943/2017-11 – SIGILOSO:** a relatora Carla Margariso fez a leitura do procedimento preliminar nº 01/2018 – SEI Nº 5811652, no qual alguns ajustes foram sugeridos e serão apresentados na próxima reunião. **Item 7. Processo 08001.007940/2017-88 – SIGILOSO:** pela ausência da relatora Márcia Silva, o processo será pautado na próxima reunião. **ITEM 8. 08001.007910/2017-71 – SIGILOSO:** realizada a leitura do procedimento preliminar pelo relator Renato A. Borba, deliberou-se pela

admissibilidade do processo, atribuindo parte do processo enviado à COGER via Ouvidoria, conforme comunicado via e-mail no dia 24/01/2018. Outras tratativas referentes ao processo foram abordadas. **Itens 9,10,11,12,13,14,15 e 16** serão pautados na próxima reunião. **Item 17. Processo 08001.007948/2017- 44 – SIGILOSO:** com a anuência de todos, notificar o denunciante para dar prosseguimento ao processo. **Itens 18, 19 e 20** serão pautados na próxima reunião. **Item 21. Definição de calendário para a próxima reunião:** será consultada a disponibilidade de todos via e-mail pela Secretária-Executiva. **Item 22.** Não foram abordados outros temas. Encerrada a Reunião às 12h12, eu Creuza Alves de Lima Silva, lavrei a presente Ata.

<b>MÁRCIO DE FREITAS MOZINI</b> Presidente (votante)	<b>CARLA LEITE MARGARISO FERNANDES</b> Titular
<b>FÁBIO ALEXANDRE E SILVA</b> Suplente	<b>MÁRCIA MARIA DA SILVA</b> Suplente - ausente
<b>RENATO ANTUNES BORBA</b> Suplente	<b>CREUZA ALVES DE LIMA SILVA</b> Secretária-Executiva

---

Documento assinado eletronicamente por **RENATO ANTUNES BORBA, Analista Técnico Administrativo (ATA)**, em 30/04/2018, às 08:44, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **FABIO ALEXANDRE E SILVA, Membro Suplente da Comissão de Ética**, em 30/04/2018, às 10:55, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARCIA MARIA DA SILVA, Membro Suplente da Comissão de Ética**, em 30/04/2018, às 14:11, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **CARLA LEITE MARGARISO FERNANDES, Agente Administrativo**, em 02/05/2018, às 16:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **CREUZA ALVES DE LIMA SILVA, Secretário(a) Executivo(a) da Comissão de Ética**, em 15/05/2018, às 14:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE FREITAS MOZINI, Presidente da Comissão de Ética**, em 14/08/2018, às 15:04, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **6165063** e o código CRC **BAF044F9**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça.